



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/MG

ESTUDO PRELIMINAR Nº 23342267-SELOG/SR/PF/MG

Processo nº 08350.006004/2022-57

ESTUDOS PRELIMINARES

1. OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ar condicionado, nas dependências da Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais e delegacias descentralizadas, com fornecimento de peças e insumos e emprego de equipamentos para a completa execução dos serviços.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, para os sistemas de ar condicionado, individual e central, nas edificações ocupadas pelas Unidades da Polícia Federal em Minas Gerais nas cidades de **Belo Horizonte, Governador Valadares, Divinópolis, Montes Claros, Varginha, Uberaba, Uberlândia, Juiz de Fora, Ipatinga e Poços de Caldas**, justifica-se pela necessidade constante de manutenção de suas unidades, que utilizam vários sistemas, máquinas e equipamentos que apresentam elevada complexidade e que, por isso, exigem conhecimentos técnicos especializados em manutenção, de forma a garantir seu perfeito funcionamento e evitar o colapso de sistemas vitais para o desempenho das atividades institucionais, com especial atenção aos sistemas de climatização e exaustão. Tais instalações necessitam de inspeção periódica para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional.

2.2. Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais sistemas e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados. Ademais, a constante ampliação das atividades desta CONTRATANTE impõe a necessidade de adequações e ampliações nos sistemas citados, de forma a atender a demanda dos ambientes de trabalho, como, por exemplo, a instalação de novos equipamentos de ar condicionado ou adequação elétrica dos pontos de alimentação.

2.3. Considerando que a Contratante não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos e também que tais atividades não constituem objeto da instituição, justifica-se a contratação da prestação dos serviços visando à execução das atividades de manutenção – preventiva e corretiva - de forma ininterrupta e continuada, com disponibilidade de serviços emergenciais e eventuais, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, consoante o Decreto nº 9507/2018 e Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 2/2008.

2.4. A contratação é compreendida apenas por um lote, englobando **manutenção dos sistemas de climatização** (Superintendência e delegacias descentralizadas do Estado de Minas Gerais), com fornecimento de **peças e materiais**, mantendo sistemas de climatização e exaustão em perfeitas condições de funcionamento, garantindo o funcionamento da edificação como um todo, sem repercussão negativa em algum sistema essencial, como salas técnicas refrigeradas e laboratórios de análises periciais que exigem controle de temperatura e umidade. O parcelamento do objeto foi descartado, por inviabilidade técnica, operacional e por medida de segurança jurídica, diante da unicidade do serviço, onde, por exemplo, a falta de peças e materiais impossibilitará a realização dos serviços contratados, que devem estar interligados;

2.4.1. Sob o enfoque administrativo e jurídico, a opção do parcelamento seria equivocada por demandar várias contratações, instrumentalização, gestão e fiscalização dos contratos, resultando em maior gasto financeiro, de tempo e pessoal envolvido, aumento de ocorrências passíveis de sanções contratuais gerando incerteza na definição das responsabilidades, haja vista a multiplicidade de empresas prestadoras de serviço;

2.4.2. Em razão da interligação entre os serviços contínuos, eventuais e o fornecimento de peças e materiais, existirá sempre a dependência de operação, ou seja, se um falhar, repercutirá sobre o outro. Caso haja várias empresas CONTRATADAS (uma para cada tipo de serviço e outra para o fornecimento de peças e materiais), fica enorme a impossibilidade de determinar de quem é a responsabilidade, dificultando a adoção de providências cabíveis;

2.4.3. Sob o aspecto econômico, a contratação de uma única pessoa jurídica proporcionará vantagens econômicas à Administração Pública, com a redução de custos e despesas e com o ganho de economia de escala, de modo a obter uma contratação mais vantajosa para a Administração.

2.5. As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, especificações e quantitativos dos serviços e materiais, foram previamente definidos por setor técnico competente, com base em parâmetros objetivos, atendendo o interesse público.

2.6. O objetivo da presente contratação é possibilitar a manutenção contínua e ininterrupta dos sistemas de climatização e exaustão das unidades de Polícia Federal em Minas Gerais, garantindo condições de conforto ambiental, segurança, saúde e bem-estar, necessárias para o desempenho das atividades do órgão. Outrossim, zelar pela preservação dos bens móveis sob responsabilidade do órgão.

2.7. Os equipamentos instalados nas diversas unidades, tais como a central de ar condicionado na Cidade de Belo Horizonte, são de elevada complexidade, com sistema de automação, tratamento e ventilação do ar que utiliza equipamentos sofisticados, necessitando de empresa com conhecimentos técnicos especializados em engenharia de forma a garantir seu perfeito funcionamento. O sistema de climatização, tratamento e ventilação do ar deve ser inspecionado periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional.

2.8. Há de se pontuar que o presente contrato visa atender ao disposto na Resolução - RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003 – ANVISA que determina a publicação de Orientação Técnica elaborada por Grupo Técnico Assessor, sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo. Tais orientações também estão explícitas na PORTARIA Nº 3.523, DE 28 DE AGOSTO DE 1998 que aprova Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a qualidade do ar de interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

2.9. A qualidade do ar interno impacta diretamente no absenteísmo e no aumento da produtividade, dois fatores intrínsecos às pessoas que ocupam edifícios públicos. Cada vez mais o tratamento da qualidade do ar de interiores traz o bem-estar dos habitantes dos edifícios ao centro do debate, amparados pelos estudos atuais que demonstram o impacto disto nos custos, diminuindo as despesas das unidades e trazendo melhor qualidade de vida aos usuários, implicando também em melhor performance nas atividades desempenhadas pela Polícia Federal.

(Fonte: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2014/06/ma-qualidade-do-ar-no-ambiente-de-trabalho-podelevar-sindrome.html>).

2.10. Nesse sentido, os serviços são essenciais e sua interrupção pode comprometer o bom funcionamento administrativo e policial das instalações físicas da Polícia Federal em Minas Gerais, tornando-se imprescindível à contratação de pessoa jurídica para a execução dos serviços, que atendam com fornecimento de peças, materiais, inclusive os de reposição, equipamentos e ferramentas, necessários a execução dos serviços, a fim de manter os sistemas de climatização em perfeita condição de funcionamento e conservação.

3. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.1. Este tipo de contratação está alinhado com plano estratégico da polícia federal na otimização do emprego dos bens e recursos materiais, na Ação Estratégica 9.7.

4. NORMATIVOS LEGAIS

4.1. Lei 8.666/93 – Lei Geral de Licitações;

4.2. Lei nº 10.520/2002,

4.3. Decreto nº 10.024/2019;

4.4. Decreto nº 9.507/2018.

4.5. IN 05/2017-MPOG

4.6. NBR 13971 – Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção Programada - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

4.7. NBR 10085 – Medição de temperatura em condicionamento de ar – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

4.8. NBR 14679 – Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de serviços de higienização – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

4.9. NBR 5410/2004 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

4.10. NBR 10719 – Apresentação de relatórios Técnicos científicos - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

4.11. NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria e Emprego;

4.12. NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade do Trabalho e Emprego;

4.13. NR 35 – Trabalho em Altura;

4.14. As disposições legais da União e do Governo do Estado de Minas Gerais;

4.15. Os regulamentos da concessionária de energia;

4.16. As prescrições de recomendações dos fabricantes;

4.17. As normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT;

4.18. Resolução nº 425/98 do CONFEA;

4.19. Portaria 3.523, do Ministério da Saúde, de 28.08.1998;

4.20. Resolução RE 176, de 24.10.2000 da ANVISA revisada pela Resolução nº 09, de 16/01/2003 e outras legislações pertinentes;

4.21. Resolução CONAMA nº 340 de 25/09.2003; 17) Lei nº 8.078, de 1990; 18) Decreto nº 7.203, de 2010.

5. CONTRATAÇÃO ANTERIOR

5.1. O contrato anterior, parte integrante da licitação ocorrida no ano de 2016, que originou o Contrato nº 08/2017-SR/PF/MG (Processo SEI nº 08350.009323/2017-57), já foi prorrogado no limite imposto pela Lei nº 8.666/93, com base no artigo 57, II, estando em vias de ser encerrado.

5.2. As premissas da equipe de fiscalização anterior serão tratadas nessa nova contratação, visando melhorar os sistemas de climatização e exaustão.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para manutenção preventiva e corretiva da Central de Ar Condicionado, a LICITANTE deverá comprovar qualificação técnica, de acordo com o que se segue:

6.1.1. Comprovação técnico-operacional da LICITANTE, com apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, quais sejam: **Manutenção preventiva e corretiva do ar-condicionado tipo VRF com capacidade mínima 10 TR – mínimo de 8 unidades;**

6.1.2. Declaração de fabricante de equipamentos tipo VRF, de marca de sistema similar à TRANE, informando a capacitação da empresa específica na operação dos equipamentos.

6.1.3. Possuir no seu corpo técnico Engenheiro Mecânico ou Engenheiro Eletricista, objetivando atender a possíveis eventos, envolvendo a segurança de operação e funcionamento dos equipamentos.

6.1.4. Possuir certidão expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA da sede da LICITANTE, e que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação, dentro do prazo de validade.

6.2. Para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos individuais de ar condicionado e exaustão, a LICITANTE deverá comprovar qualificação técnica, de acordo com o que se segue:

6.2.1. Comprovação técnico-operacional da LICITANTE, com apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em

nome do licitante, relativo à execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, quais sejam: **Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ar condicionado do tipo split, com capacidade mínima de 9.000 btus – mínimo de 30 unidades;**

6.2.2. Possuir no seu corpo técnico Engenheiro Mecânico ou Engenheiro Eletricista, objetivando atender a possíveis eventos, envolvendo a segurança de operação e funcionamento dos equipamentos.

6.2.3. Possuir certidão expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA da sede da LICITANTE, e que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação, dentro do prazo de validade.

6.3. A exigência do declaração de fabricante de equipamentos tipo VRF, de marca similar ao sistema TRANE, para a Central de Ar Condicionado, informando a capacitação da empresa específica na operação dos equipamentos, deve-se ao fato de evitar incompatibilidade na operação de funcionamento e aquisição de peças do referido sistema, evitando assim danos irreparáveis aos equipamentos e consequentemente ao seu não funcionamento.

7. NATUREZA CONTINUADA DA PRESTAÇÃO DO SEVIÇO

7.1. O serviço de manutenção de sistemas de climatização, pela sua essencialidade, visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades meios e finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção compromete a prestação de um serviço público e o cumprimento da missão institucional.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E PREÇOS

8.1. O cenário ideal é a contratação de uma única empresa que preste serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de climatização e exaustão, em todas as unidades de polícia federal em Minas Gerais, atendendo de forma contínua e ininterrupta, inclusive em acionamentos emergenciais, que podem ocorrer nos fins de semana e/ou em horário noturno.

8.2. Para estimar as quantidades por unidade, foi realizado levantamento de todos os equipamentos existentes nas unidades de Polícia Federal, separando por uso (ACJ / SPLIT) e capacidade de refrigeração (BTUS/TR), de forma a uniformizar as quantidades e os valores unitários por serviço.

8.3. A seguir o quadro de equipamentos atuais, que é o somatório de todos os equipamentos nas unidades no Estado de Minas Gerais:

Levantamento de Equipamentos de Ar Condicionado

POTÊNCIA	TIPO ACJ (JANELA)	TIPO SPLIT	TIPO SIROCCO
7.000 Btu's	1	2	-
7.500 Btu's	59	4	-
9.000 Btu's	3	85	-
10.000 Btu's	3	1	-
12.000 Btu's	38	102	-
13.000 Btu's	-	3	-
15.000 Btu's	-	2	-
18.000 Btu's	36	62	-
22.000 Btu's	1	4	-
24.000 Btu's	4	88	-
30.000 Btu's	4	10	-
32.000 Btu's	-	1	-
36.000 Btu's	1	29	-
38.000 Btu's	1	-	-

POTÊNCIA	TIPO ACJ (JANELA)	TIPO SPLIT	TIPO SIROCCO
48.000 Btu's	-	2	-
9 TR	-	25	-
15 TR	-	20	-
18 TR	-	9	-
24 TR	-	24	-
32 TR	-	32	-
VENTILADOR CENTRÍFUGO	-	-	4

8.4. O quadro de equipamentos acima visa estabelecer condições ao LICITANTE para dimensionar sua proposta, dentro dos parâmetros de contratação. No entanto, novos equipamentos podem ser adquiridos ou substituídos, razão pela qual os valores de referência são unitários e serão apresentados no Termo de Referência.

8.5. Estima-se que o custo mensal da contratação será de aproximadamente R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), perfazendo o valor anual estimado de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), tudo a ser discriminado ao longo desse processo.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

9.1. A solução será a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação continuada de serviços de MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO, incluindo o fornecimento de peças e insumos, visando atender às necessidades institucionais das unidades de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais.

9.2. Por se tratar de serviços diversos, os mesmos serão tratados individualmente, de forma que somente serão quitados os valores essencialmente realizados, mediante fiscalização com preenchimento de ordem de serviço e manuais de operação, com exceção da manutenção da Central de Ar Condicionado que já prevê insumos e materiais básicos nas rotinas de manutenção.

9.3. Tendo em vista a peculiaridade da contratação de manutenção e a necessidade permanente da Administração, o parcelamento da solução não será adotado.

9.4. Não haverá necessidade de adequação do ambiente de trabalho.

10. DAS ALTERNATIVAS EXISTENTES

10.1. Alternativas usualmente aplicadas nos contratos administrativos para os serviços de manutenção de sistemas de ar condicionado são:

- 10.1.1. O contrato eventual de serviços por demanda preventiva.
- 10.1.2. O contrato eventual de serviços por demanda corretiva.
- 10.1.3. O contrato de mão-de-obra especializada com dedicação exclusiva e fornecimento de material.
- 10.1.4. O contrato de hora técnica com fornecimento de material.
- 10.1.5. O contrato de risco, a preço fixo.

10.2. Das alternativas selecionadas, a contratação de mão de obra especializada com fornecimento de material para central de ar condicionado e equipamentos individuais, sem dedicação exclusiva de mão de obra, se mostra mais vantajosa economicamente para o órgão, já que estabelece acionamentos por demanda e rotinas de manutenção previamente programadas, sem necessidade de manutenção de um posto fixo.

11. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

11.1. Como se trata de serviço de manutenção de sistemas de ar condicionado e exaustão, com fornecimento de materiais e insumos, há de se pontuar que as práticas de sustentabilidade serão incentivadas e fiscalizadas pela PF, durante a execução dos serviços. A fiscalização tem o compromisso de fiscalizar a boa execução da Contratada, que

deverão empregar mão de obra capacitada para o bom emprego de recursos, como redução no consumo de energia elétrica, de água e redução na produção de resíduos sólidos, promovendo sempre a separação dos resíduos recicláveis para posterior destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

11.2. A CONTRATADA deverá ainda adotar em seus procedimentos os seguintes critérios de SUSTENTABILIDADE:

11.2.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;

11.2.2. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

11.2.3. Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as lâmpadas fluorescentes, baterias, pilhas, óleos e frascos de aerossóis em geral, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

11.2.4. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo de energia, classificados pelo Selo Procel de Economia de Energia (um instrumento promocional do Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica coordenado pelo Ministério das Minas e Energia), que comprova a eficiência energética;

11.2.5. Utilizar exclusivamente lâmpadas fluorescentes compactas, tubulares de alto rendimento ou leds e luminárias eficientes, realizando a avaliação e implementação de intervenções energeticamente mais eficientes;

11.2.6. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;

11.2.7. Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

11.2.8. Promover a Eficiência Energética por meio de ações que contemplem a redução do desperdício de energia elétrica advindo da ineficiência dos processos e ou equipamentos **nas instalações das unidades atendidas da PF em Minas Gerais**, promovendo ações para substituição de equipamentos mais eficientes, com melhor rendimento e força motriz, dentre outros, tudo em conformidade com as premissas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

11.2.9. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes, sendo o conteúdo programático do curso aprovado pela administração por meio do fiscal do contrato;

11.2.10. A CONTRATADA deverá estabelecer, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltadas ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica da edificação e de seus equipamentos;

11.2.11. Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;

11.2.12. A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, que devem ser os mesmos instalados nas unidades da PF, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

12. ESTIMATIVAS DE PREÇOS

12.1. Estima-se que o custo mensal da contratação será de aproximadamente R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), perfazendo o valor anual estimado de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), tudo a ser discriminado ao longo desse processo.

12.2. Os custos serão elaborados mediante pesquisa de mercado com empresas do ramo, em todas as cidades onde haverá prestação de serviços, visando estabelecer preços reais na prestação das atividades. Também serão adotados os parâmetros de pesquisa citados nos incisos I, II e III da IN MPDG N°3, de 20/04/2017, com utilização do Painel de Preços do Governo Federal, além de outros bancos de dados oficiais, como do SINAPI, no mês de referência.

12.3. Peças e materiais serão orçados utilizando-se as mesmas diretrizes acima, servindo no entanto apenas como registro de preços, somente pagos se efetivamente utilizados.

13. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

13.1. A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica capaz de realizar a manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização, central e individuais, com emprego de insumos e materiais, capazes de atender as demandas das unidades de Polícia Federal em Minas Gerais. A gestão do emprego dos materiais ficará por conta da CONTRATADA, sob supervisão da equipe de fiscalização, que fará a conferência dos insumos e serviços utilizados.

13.2. Os valores dos serviços e peças estarão previamente indicados, devendo a Contratada solicitar o reajuste dos mesmos após um ano de contrato, aplicando-se os índices de reajuste previamente dispostos no Termo de Referência.

13.3. A contratação será realizada em um único lote, através de uma única empresa contratada, capaz de suprir as necessidades de climatização do órgão, de forma a assegurar a melhor solução técnica e economicamente viável, sem perda de economia de escala, aproveitando o mercado e aumentando a competitividade.

13.4. Após a contratação, é imprescindível a participação de todos os servidores da Polícia Federal para o sucesso do contrato, com especial atenção dos Fiscais, Gestores e Prefeitos, que farão o controle de gastos e demandarão à mão de obra disponível as atividades relacionadas à manutenção preventiva, corretiva e emergencial, todas sob a demanda diária, semanal, mensal, trimestral e semestral, definidas em rotinas no Termo de Referência.

14. **JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

14.1. A contratação é compreendida apenas por um lote, englobando **manutenção dos sistemas de climatização** (Superintendência e delegacias descentralizadas do Estado de Minas Gerais), com fornecimento de **peças e materiais**, mantendo sistemas de climatização e exaustão em perfeitas condições de funcionamento, garantindo o funcionamento da edificação como um todo, sem repercussão negativa em algum sistema essencial, como salas técnicas refrigeradas e laboratórios de análises periciais que exigem controle de temperatura e umidade. O parcelamento do objeto foi descartado, por inviabilidade técnica, operacional e por medida de segurança jurídica, diante da unicidade do serviço, onde, por exemplo, a falta de peças e materiais impossibilitará a realização dos serviços contratados, que devem estar interligados;

14.1.1. Sob o enfoque administrativo e jurídico, a opção do parcelamento seria equivocada por demandar várias contratações, instrumentalização, gestão e fiscalização dos contratos, resultando em maior gasto financeiro, de tempo e pessoal envolvido, aumento de ocorrências passíveis de sanções contratuais gerando incerteza na definição das responsabilidades, haja vista a multiplicidade de empresas prestadoras de serviço;

14.1.2. Em razão da interligação entre os serviços contínuos, eventuais e o fornecimento de peças e materiais, existirá sempre a dependência de operação, ou seja, se um falhar, repercutirá sobre o outro. Caso haja várias empresas CONTRATADAS (uma para cada tipo de serviço e outra para o fornecimento de peças e materiais), fica enorme a impossibilidade de determinar de quem é a responsabilidade, dificultando a adoção de providências cabíveis;

14.1.3. Sob o aspecto econômico, a contratação de uma única pessoa jurídica proporcionará vantagens econômicas à Administração Pública, com a redução de custos e despesas e com o ganho de economia de escala, de modo a obter uma contratação mais vantajosa para a Administração.

15. **DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

15.1. As edificações públicas são gerenciadas pela Secretaria de Patrimônio da União, cabendo aos órgãos a manutenção e conservação das mesmas, bem como o acompanhamento de sua vida útil e avaliação constante dos mecanismos para a perfeita evolução de suas instalações e sistemas prediais.

15.2. Existe farta legislação a respeito desse tipo de contratação, com decisões do Tribunal de Contas da União e da Assessoria Jurídica, embasando novas contratações nessa modalidade, de forma a possibilitar o melhor aproveitamento dos recursos públicos e à aplicação dos programas de governo.

15.3. O contrato a ser firmado visa atender às necessidades futuras e atuais do órgão no que se refere à perfeita utilização das edificações ocupadas, favorecendo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal, no âmbito de Minas Gerais.

15.4. Nesse contexto, não resta dúvidas que a Polícia Federal necessita firmar tal contratação, podendo assim, realizar suas atividades respaldadas em condições físicas e ambientais para o desenvolvimento de suas atividades institucionais.

16. **PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

16.1. Para a execução do contrato não será necessária a alocação de espaço adequado para o desempenho das atividades do contrato, tão pouco para estoque de materiais, já que os serviços de manutenção são realizados diretamente nos equipamentos e sistemas já implementados.

17. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

17.1. Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, garantindo a atuação no âmbito de Polícia Judiciária da União e auxiliando a população nos serviços oferecidos, fazendo-se sempre da dinâmica de melhor atendimento e economia de recursos públicos, com atuação esmerada dos envolvidos.

DANIEL CARVALHO DOS SANTOS

Agente de Polícia Federal
Fiscal de Contrato



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL CARVALHO DOS SANTOS, Agente de Polícia Federal**, em 23/05/2022, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23342267** e o código CRC **EEEACB21**.